



## **Trabalho, Movimentos Sociais e Educação: reflexões sobre a produção em educação rural/do campo**

Marlene Ribeiro – UFRGS – apoio CNPq<sup>1</sup>.

O artigo propõe uma reflexão sobre a experiência em pesquisa/extensão, orientação de trabalhos de Iniciação Científica, Trabalhos de Conclusão de Curso, Mestrado e Doutorado, em que se destaca o apoio do CNPq sob diversas formas. Aborda o tema da relação entre Trabalho, Movimentos Sociais e Educação, que dá título ao Grupo/Linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – TRAMSE. Participam da Linha de Pesquisa e, portanto, estão incluídos, direta ou indiretamente nesta produção, os professores: Dr<sup>a</sup> Carmen Lucia Bezerra Machado; Dr. Jorge Alberto Rosa Ribeiro; Dr. Augusto Nivaldo Silva Triviños; Dr. Johannes Doll; Dr. Jaime Zitkoski e a autora deste artigo. Seu foco está voltado para a educação rural e a educação do campo tendo por objetivos, o de avaliar a produção nesta área e o de captar, dentro dela, as temáticas que mais se destacam; as que não têm recebido maior consideração e as que estão surgindo em decorrência das novas demandas trazidas pelos movimentos sociais populares rurais/do campo.

A dupla identificação – rural e do campo – traduz o conflito de concepções que demarcam as divergências entre os movimentos sindicais de trabalhadores rurais, vinculados às federações e à Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e os movimentos sociais populares vinculados à Via Campesina<sup>2</sup>. Peculiares a esses conflitos, algumas divergências se refletem na organização do ensino fundamental e médio que, em algumas experiências pedagógicas, é identificado como educação rural e, em outras, como educação do campo. Entendemos que a maior parte das conquistas em termos de mudanças na construção, configuração e fortalecimento de políticas voltadas às populações que vivem do seu trabalho nas áreas rurais resulta da

---

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa: *Experiências pedagógicas dos movimentos sociais populares e políticas de educação rural/do campo: confronto de concepções*, com bolsa de produtividade do CNPq.

<sup>2</sup> Fundada em 1993 em Mons, na Bélgica, a Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. Trata-se de um movimento autônomo, pluralista, sem ligações políticas, econômicas ou de qualquer outro tipo. Está formado por organizações nacionais e regionais cuja *autonomia* é cuidadosamente respeitada. No Brasil, a Via Campesina é constituída pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB).

mobilização e organização dos movimentos sociais populares, sejam rurais sejam do campo. Por isso, considerando-os como sujeitos políticos coletivos forjadores da história, levamos em conta sua caminhada histórica na luta pela terra e pela educação associadas ao seu modo de vida, de trabalho e de expressão da cultura.

Numa perspectiva freireana, tomamos as questões colocadas na experiência de vida e de trabalho como ponto de partida. E deste ponto nos deslocamos para a reflexão, com o auxílio da teoria, retornando, posteriormente à experiência enriquecida pela análise, cujo movimento de síntese conclui-se como ação-reflexão-ação.

Pretendemos trazer à análise o conhecimento acumulado nestes últimos 10 anos, com a relação ensino-pesquisa-extensão, desde o 1998, quando iniciamos nosso trabalho na UFRGS, com o projeto *Pedagogias de Esperança nos Movimentos Sociais Populares: perspectivas para o trabalho, a política e a educação projetadas pelo MST*<sup>3</sup>. Baseamo-nos em uma concepção ampliada de educação como prática social que transcende o espaço/tempo de escola, sem, no entanto, deixar de incluir o ensino formal efetuado pela instituição escolar. Produzida pelos movimentos sociais populares, esta educação, ao mesmo tempo, também os produz, o que permite afirmar a dimensão educativa dos processos organizativos no interior desses movimentos, no que concerne à sua formação como classe social. A educação rural/do campo, que tomamos como foco de nossas preocupações de pesquisa, tem um corte de classe, conferido pelos sujeitos sociais que a reivindicam, a produzem e por ela são produzidos. Esta é, portanto, uma Educação Popular que abarca a escola, mas a ela não se restringe.

Orientando-nos pelo objetivo proposto desenvolveremos o artigo subdividindo-o por itens agrupados a partir de áreas temáticas identificadas na produção analisada. São eles: a) Educação básica; b) Formação de educadores c) Organização cooperativa e educação; d) Formação de técnicos agrícolas; e) Pedagogia dos tempos/espços alternados de trabalho-educação; f) Envelhecimento, trabalho e educação; g) Temas pouco pesquisados; h) Interesse emergente sobre políticas públicas para a educação do campo.

---

<sup>3</sup> Foram incluídas na relação dos trabalhos produzidos as dissertações de Cláudio Portilho de Jesus e de Silvana Maria Gritti, cuja temática é educação rural, porque, mesmo ligadas ao Mestrado em Desenvolvimento Social da Universidade Católica de Pelotas, a sua orientação continuou e foi concluída quando já havia iniciado meu trabalho na FAGED/UFRGS.

### **a) Educação básica**

Uma análise das pesquisas produzidas na área da educação rural/do campo, vinculadas ao Grupo de Pesquisa TRAMSE, deixa evidente que a preocupação maior dos pesquisadores é com a escola básica, principalmente, mas não só, com o ensino fundamental. Encontram-se, sobre este tema, trabalhos de mestrado, doutorado, iniciação científica de graduandos de Pedagogia e de conclusão do curso de Pedagogia da Terra, realizado em convênio entre o Instituto Técnico de Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS.

Nessas pesquisas, o olhar dirigido sobre a escola, tenta captar as transformações que vão ocorrendo lentamente, em decorrência do confronto que se coloca entre, de um lado, as diretrizes, currículos, programas e formação dos professores – que representam o Estado e a política educacional que este oferece às populações camponesas. De outro, entre os movimentos sociais populares cada vez mais conscientes da educação que historicamente os nega, e da formação humana que buscam, exigindo que esta seja integrada à vida comunitária, ao trabalho com a terra e à cultura local.

De uma educação fragmentada, que anula os saberes do ser e do fazer ligados à terra vai se efetuando uma lenta travessia, plena de desafios, sustos e descobertas, para uma formação mais ampla, com o resgate de uma identidade anulada pelos processos associados de colonização e modernização da agricultura. Esta não é uma mudança simples! Ocorrem contradições que, muitas vezes, colocam pais e professores em campos opostos. Alguns pais ainda exigem a escola tradicional que dá a ilusão de possibilidade da conquista de um emprego, no futuro. Os professores transitam, de um lado, entre as cobranças dos pais neste e no sentido inverso, e de outro, as exigências das secretarias de educação dos municípios ou dos estados às quais estão vinculados.

Esse tensionamento se torna mais claro nas experiências de ensino médio alternativo, efetuadas nas áreas rurais, durante o governo da Frente Democrática Popular (período de 1999 – 2002), do estado/RS, durante o qual foi criada a UERGS e foi regulamentada a Escola Itinerante<sup>4</sup>, iniciada como experiência no governo anterior. Essas experiências – de ensino médio alternativo, de cursos de licenciatura oferecidos

---

<sup>4</sup> Escola que acompanha os acampados do MST quando estes se mobilizam para a ocupação da terra. Sobre Escola Itinerante consultar o Projeto de tese de Isabela Camini.

pela UERGS, formatados com a participação dos movimentos sociais populares, e de escolas itinerantes, que atualmente são reconhecidas em vários estados brasileiros – nos permitem comprovar a fragilidade das políticas públicas para a educação rural/do campo, que iniciam e terminam num período de quatro anos, de cada governo. Permitem-nos, também, visualizar as iniciativas dos movimentos sociais populares rurais/do campo enquanto educadores e formuladores de propostas para a educação básica.

Nos trabalhos analisados nesta área temática o centro das atenções se volta para o Plano Político-Pedagógico – PPP da escola, sua elaboração e execução, e aí transparecem novas contradições. Percebe-se que é um aprendizado difícil o de participar, deixar participar e permitir a participação daqueles – pais, funcionários e estudantes – os quais não têm sido considerados como sujeitos das políticas a eles destinadas ou das ações que, pelo menos no discurso, propõem-se a beneficiá-los. Importante destacar um processo de aprendizado que inclui, nessa construção do PPP, o alargamento da concepção de escola para além do território no qual está encravada, atentando-se para a sua história e as relações que estabelece com a realidade local, porém não somente com esta, pois sofre os efeitos de mudanças que ocorrem nos cenários nacional e internacional. Apesar das dificuldades enfrentadas, as pesquisas também apontam para os consideráveis avanços ocorridos na organização das escolas de ensino fundamental e médio freqüentadas pelos filhos dos agricultores, sejam ou não integrantes de movimentos sociais populares.

#### **b) Formação de educadores**

Dois trabalhos analisam o curso de Pedagogia da Terra oferecido aos movimentos sociais populares da Via Campesina, porém incluindo o Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD, realizado no ITERRA. Um dos trabalhos detém-se mais especificamente na proposta pedagógica do MST. Na formação aí realizada, as pesquisas registram o vínculo com um projeto histórico de sociedade socialista e político-pedagógico de escola, no qual se articulam dialeticamente o trabalho produtivo e a formação escolar tendo por base a cooperação. Com isso, deslocam-se do indivíduo para projetar a formação do coletivo e rompem com a tradicional separação, presente no modelo liberal de escola, entre o trabalho e a educação. Um deles registra, na formação

de professores feita pela Pedagogia da Terra, a presença do embate entre a psicologia liberal, que tem o indivíduo como centro e uma psicologia socialista, que propõe um ideário cuja noção de formação humana está pautada pela relação dialética e histórica entre indivíduo e coletivo.

As contradições a serem enfrentadas ficam por conta da formação dos professores que atuam no ITERRA, pois estes, apesar de desenvolverem estudos sobre a pedagogia socialista, são herdeiros da cultura e da educação liberais. Além disso, as escolas onde os pedagogos da terra poderão vir a atuar, nos municípios ou nos estados, não se orientam pela proposta socialista, não associam ensino e trabalho, não visam à formação do coletivo. Isso nos faz retomar o alerta de Paulo Freire quando este afirmava que a educação, por si só, não transforma a sociedade, mas esta, por sua vez, não se transforma sem que seja alterada a formação efetuada pela escola que separa trabalho e educação.

### **c) Organização cooperativa e educação;**

A relação entre a organização dos agricultores em cooperativas e uma educação adequada a esta modalidade de organização do trabalho é uma das preocupações recorrentes que aparecem nas pesquisas sobre educação rural/do campo. Tanto a transmissão de valores culturais quanto a educação escolar estão centradas no indivíduo e na competição, características do modo capitalista de produção e de organização do trabalho. Dessa forma, as pesquisas revelam a dimensão educativa do trabalho cooperado e, do mesmo modo, apontam para a necessidade de revisão dos currículos escolares de modo a incluir a cooperação como um valor a ser trabalhado. Os próprios agricultores reconhecem a sua formação cultural e escolar individualista como uma das dificuldades para que sejam mantidas as cooperativas de produção e comercialização.

As diferentes modalidades de cooperativas – de assentamentos do MST, de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, de iniciativas dos próprios trabalhadores com o apoio das pastorais sociais cristãs –, analisadas, deixam entrever, também, as contradições que as atravessam. Sob um ponto de vista, o dos movimentos sociais populares, as cooperativas introduzem novas relações na organização do trabalho, que são de cooperação, além de ampliar as condições dos agricultores para competir com seus produtos no mercado. Sob o ponto

de vista contraditório, seja do Estado seja do capital, as cooperativas agrícolas podem funcionar como amaciadoras de conflitos das populações rurais, considerando os altos índices de desemprego que atingem também o campo.

De todo o modo, nas discussões internas e na formação que oferecem aos militantes, sem abrir mão das cooperativas como modos de organização do trabalho, os movimentos sociais populares apontam para a possibilidade de superação das relações sociais de apropriação/exploração da terra e do trabalho, e, em consequência, da educação escolar centrada no indivíduo e na competição. Projetam, assim, a formação humana centrada na relação trabalho-educação mediada pela cooperação.

#### **d) Formação de técnicos agrícolas**

O técnico agrícola desempenha um papel de destaque no processo de modernização da agricultura, no Brasil, através das atividades de assistência técnica e extensão rural. Por isso e durante muito tempo foram mantidas as escolas técnicas agrícolas com recursos públicos e, mais tarde, com o incremento de cooperativas-escolas, para comercializar a produção dos alunos decorrente dos seus trabalhos de estágio ou de práticas relacionadas às disciplinas curriculares. As pesquisas que tratam da formação do técnico agrícola focalizam a separação entre o ensino médio ou a formação geral e o ensino técnico ou a formação profissional com a aplicação do Decreto Lei 2.208/97. Pela pressão dos professores das escolas técnicas, principalmente das federais, e dos pesquisadores do GT Trabalho-Educação da ANPED, este Decreto foi substituído pelo Decreto 5.154/2004. Apesar dos estragos causados, pois já haviam sido implantados os currículos separados de educação geral e profissional, a mudança permitiu, em alguns casos, a reintegração entre a educação geral e profissional, como mostram algumas pesquisas. Os trabalhos consultados analisam escolas técnicas agrícolas federais e estaduais, mostrando enormes diferenças, principalmente em termos de recursos materiais, financeiros e da contratação dos professores, sendo as estaduais as mais prejudicadas.

As avaliações que aparecem nas pesquisas, uma delas incluindo as mudanças que ocorrem na atuação do técnico agrícola, registram o aligeiramento da educação geral e da formação profissional em consequência da extrema redução do mercado de trabalho com as grandes fazendas de plantio de grãos (soja, milho, feijão, trigo, arroz) e de

árvores (pinus e eucaliptus) ou mesmo o agronegócio a elas associado, que não demandam mais, ou demandam pouco a presença de técnicos. Antes o perfil do técnico agrícola definido pelos currículos escolares preconizava um instrutor encarregado de difundir as técnicas “atualizadas” de plantio e colheita, visando constituir um mercado consumidor para a compra de adubos químicos, venenos de combate às pragas, maquinaria, etc. Sob essa ótica, o técnico agrícola era considerado um “educador” com a tarefa de difundir uma nova cultura, a da modernização da agricultura.

A convivência dos técnicos agrícolas das empresas de assistência técnica e extensão rural (EMATER) com as escolas, ou a busca de colaboração dos técnicos por parte destas escolas criou um ambiente propício às experiências pedagógicas em agricultura com estudantes do ensino fundamental e médio. Uma delas tratou do desenvolvimento da minhocultura nas escolas rurais como forma de desenvolver uma agricultura orgânica. Experiências, como esta, estão hoje inviabilizadas tendo em vista que a política do estado/RS para a educação, orientada pela racionalização dos recursos e pela diminuição do custo/aluno, restringiu a contratação de professores, unificou turmas e deslocou professores para outras escolas. Com isso, dificultou e, em alguns casos, eliminou a disciplina Técnicas Agrícolas que fora introduzida no PPP de algumas escolas rurais.

A ampliação do agronegócio direcionado para a produção e exportação de grãos e celulose, articulada à existência de um mercado já consolidado consumidor daqueles produtos, num contexto de desemprego tanto urbano quanto rural, provoca uma mudança no perfil do técnico agrícola. De assistente técnico e promotor da extensão rural, os currículos das escolas técnicas agrícolas passam a projetar o técnico agrícola “empreendedor”, ou seja, aquele que vai organizar e fazer funcionar seu próprio negócio. Mesmo assim, nas escolas promovem-se reflexões sobre essas mudanças e uma das maiores dificuldades apontadas é conseguir que professores das disciplinas de formação geral e professores das disciplinas de formação técnica das escolas agrotécnicas cheguem a um acordo sobre o que deve unificar a formação dos técnicos agrícolas.

#### **e) Pedagogia dos tempos/espços alternados de trabalho-educação**

Trabalhos de pesquisa sobre a pedagogia em que se alternam tempos/espços de trabalho agrícola com educação escolar analisam experiências realizadas por associações vinculadas a sindicatos e federações de trabalhadores da agricultura bem como por Organizações Não-Governamentais - ONGs. Estas experiências recebem a denominação geral de Pedagogia da Alternância. Também são objetos de análise as experiências que articulam o Tempo-Escola e o Tempo-Comunidade, porém de um modo diferente das anteriormente mencionadas porque coordenadas pelos movimentos sociais populares ligados à Via Campesina. A educação planejada e colocada em prática por esses movimentos fundamenta-se em autores, como Pistrak, Makarenko e Vigotsky, cujas experiências e reflexões explicam-se no período após a Revolução Russa e vinculam trabalho e educação. No Brasil, a educação rural/do campo realizada através dos tempos/espços alternados de trabalho agrícola e educação escolar e inspirada em experiências que iniciaram na Europa, começa pela modalidade de Educação de Jovens e Adultos; aos poucos se estende para o ensino médio e a educação profissional. Os movimentos sociais populares da Via Campesina, além de cursos de educação profissional de nível médio, conquistaram e realizaram alguns cursos de nível superior. O Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB projeta adequar os cursos oferecidos pelas Escolas Famílias Agrícolas – EFAs aos propósitos do Movimento, recriando a relação entre trabalho agrícola e educação escolar que sustenta a ação pedagógica nas EFAs.

Todas as experiências educativas que ocorrem no ITERRA e na Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceileiro – FUNDEP, ambos no Rio Grande do Sul, efetuam-se no sistema dos tempos/espços alternados. Portanto, um grande número de trabalhos de pesquisa trata da educação do campo que é realizada desta forma. Mas não só estas experiências foram investigadas. Também foram efetuadas análises da Pedagogia da Alternância nas Casas Familiares Rurais – CFRs e nas EFAs, identificadas como educação rural.

Na análise dos trabalhos que tratam da pedagogia dos tempos/espços alternados de trabalho-educação surpreende-nos que esta proposta, pensada pelos socialistas utópicos, retomada por Marx, por Lenin e sistematizada por Gramsci tenha sido reinventada, na França, por agricultores com a colaboração de um padre e, no Brasil, colocada em prática também por agricultores, com o apoio das igrejas, dos sindicatos,

de associações e de ONGs. Contradições também estão presentes nesta modalidade de educação rural/do campo que cada vez desperta maior interesse dos pesquisadores. Uma delas incide sobre o papel do Estado na oferta de educação básica às populações rurais. Quando entidades e organizações tomam a si esta tarefa não se pode deixar de reconhecer que estão assumindo um papel que, constitucionalmente, seria do Estado e que ao fazê-lo deixam-no em uma posição cômoda de apenas contribuir com os programas, os certificados e, em algumas situações, a contratação dos professores. No entanto, nas mesmas pesquisas é possível observar que o Estado não abre mão de sua tarefa de controlar o quê e como é ensinado, principalmente no caso dos cursos destinados aos militantes da Via Campesina.

Os trabalhos sobre esta temática deixam perceber uma disputa por autonomia na definição do perfil do educando que se quer formar, entre as entidades e organizações mantenedoras dos cursos e o Estado a quem cabe oferecer a educação pública básica. O maior desafio para a manutenção da educação rural/do campo em regime de alternância é a manutenção dos estudantes durante o Tempo-Escola, tanto no que se refere ao local para o seu alojamento, com biblioteca, computadores, salas de aula, refeitório, cozinha, quanto no que se refere a sua alimentação, porque ficam em regime de internato.

A segunda contradição é mais complexa. A oferta de educação não resolve o problema da ausência de empregos nas áreas rurais e urbanas, portanto, a questão central é a terra. Todos os trabalhos observam que o desafio para o jovem estudante em regime de alternância é a terra para efetuar as experiências de trabalho produtivo ou para realizar-se como agricultor familiar após a conclusão do curso. Essa preocupação com a posse ou propriedade da terra para a reprodução do agricultor familiar aparece nas análises tanto de trabalhos sobre a Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG/RS quanto sobre os assentamentos mais antigos do MST, onde não há perspectivas de permanência na terra para os jovens, porque o módulo dos pais é pequeno para dividir entre os filhos. Mais uma vez, como apontam as conclusões, se adia o problema porque não se vai a sua raiz: a propriedade privada da terra e dos meios de produção e subsistência. Mesmo assim, há pontos positivos no processo de formação em regime de tempos/espços alternados, relacionando trabalho e educação que vem se efetuando, principalmente por reunir os jovens e permitir-lhes uma reflexão sobre as

formas de enfrentar os desafios e desenhar novas perspectivas de vida a partir de suas realidades.

#### **f) Envelhecimento, trabalho e educação**

Duas pesquisas focalizam esta temática, uma delas sobre o envelhecimento de mulheres que vivem nas áreas rurais e dedicaram suas vidas ao trabalho agrícola e a outra sobre o envelhecimento das mulheres do MST. Ambas apontam o problema que significa o aumento da longevidade das populações rurais e os desafios que isso coloca em termos de novas aprendizagens de vida, de trabalho e de participação. Destacam ainda o preconceito em relação aos idosos tratados como mercadoria gasta e sem utilidade e, ao mesmo tempo, o aprendizado das mulheres buscando o seu lugar seja na comunidade seja no assentamento seja na organização do Movimento.

#### **g) Temas pouco pesquisados**

Das várias pesquisas produzidas nestes 10 anos, quatro se destacam por focalizar temas que não têm despertado maior interesse de outros pesquisadores; tratam de questões de corpo na disciplina de Educação Física em escolas do MST; de teatro popular confrontando a agricultura orgânica e a agricultura tradicional e problematizando esta última; de gênero em assentamentos do MST; da guarda das sementes crioulas de hortaliças, sendo que estas duas últimas têm como sujeitos das pesquisas as mulheres. A questão do corpo se insere na discussão que os movimentos sociais populares da Via Campesina vêm fazendo sobre o currículo escolar numa perspectiva de formação humana omnilateral. O teatro popular de Augusto Boal articulado à educação popular de Paulo Freire é uma experiência inédita pelo que transforma os agricultores familiares, que passam de público a atores, assumindo-se como sujeitos de produção de conhecimento e arte. A participação das mulheres na organização dos assentamentos do MST e a atuação das mulheres camponesas na guarda das sementes crioulas, no MMC, confrontando-se com o movimento do capital de criar a dependência dos agricultores das sementes híbridas, vão de encontro a uma cultura machista que ainda está presente mesmo nos movimentos sociais populares. O teatro popular também traz essas questões, além de colocar aos agricultores, sob a forma de arte-educação popular, o debate sobre a agroecologia.

#### **h) Interesse emergente sobre políticas públicas para a educação do campo.**

A conquista do Programa Nacional da Reforma Agrária - PRONERA e das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo desperta o interesse dos pesquisadores do TRAMSE em investigar a aplicação dessas políticas, de modo que já existe um trabalho concluído e alguns em andamento. De modo geral, a pesquisa concluída e as que ainda se encontram em andamento, com projetos já defendidos, estão apontando para um ponto que já vem sendo denunciado há muito tempo. Referem-se ao fato de que as leis e os programas, no Brasil, permanecem mais no papel e, nesse sentido, são bastante progressistas, mas não conseguem concretizar-se em práticas, preservando o Estado de críticas uma vez que, pelo menos em tese, existem as políticas sociais demandadas. Essa afirmação fica bem mais clara se tomarmos o caso do PRONERA, principalmente os recursos demandados para as licenciaturas em Educação do Campo efetuadas em convênios com universidades, objeto de análise dos trabalhos.

Professores de universidades se reúnem junto com os movimentos sociais populares para enumerar as necessidades, traçar os projetos, os cronogramas, e planejar as ações associadas aos recursos que serão solicitados para a realização dos cursos. Um dos gargalos é a aprovação dos projetos, porém, mais do que isso, o desafio maior é receber os recursos conforme o cronograma para que as etapas se realizem, pois os cursos são organizados em regime de alternância. Observamos que, tanto em trabalhos de formação de professores que atuam em assentamentos do INCRA quanto de professores que atuam em assentamentos do MST, a prática é a mesma, ou seja, os recursos demoram para serem liberados, exigindo mobilizações e cobranças constantes, desgastando os professores perante os agricultores assentados.

Isso desvela o jogo de forças que se oculta por trás da liberação dos recursos para a educação dos agricultores familiares, o que acaba por fortalecer as suas organizações. Entretanto, apesar dessa contradição entre existir a lei e ela ser cumprida, os trabalhos não unânimes em apontar as enormes conquistas que significam as Diretrizes e o PRONERA, na conquista da educação do campo.

### **Reflexões sobre a produção analisada**

A análise da produção em educação rural/do campo mostra haver dificuldades, principalmente no que tange à concretização das políticas, mesmo sendo amparadas em

legislação atual. No entanto, apesar destas dificuldades, ampliam-se as iniciativas de parceria entre universidades estaduais e federais com assentamentos de Reforma Agrária, sejam do INCRA sejam do MST, para desenvolver projetos de educação do campo, principalmente de formação de professores em cursos de licenciatura, especialização e acompanhamento de turmas de alfabetização e de ensino fundamental de 5ª a 8ª série. Sobressai, também, nos trabalhos analisados, mas foge ao tema educação rural/do campo, a presença de trabalhadores desempregados organizados no MTD, nos cursos oferecidos aos movimentos sociais populares vinculados à Via Campesina. Esta aproximação entre trabalhadores desempregados bem como entre jovens estudantes rurais e urbanos aponta para formas mais complexas de educação baseada na relação trabalho-educação.

Um tema que ainda não despertou o interesse dos pesquisadores do TRAMSE é a Ciranda Infantil, nome dado pelos movimentos da Via Campesina à Educação Infantil de zero aos seis anos. A Ciranda Infantil refere-se ao acompanhamento das crianças que são filhas de estudantes de graduação, durante o seu Tempo-Escola.

A experiência sobre a qual refletimos aqui é muito rica, renova-se a cada novo trabalho de ensino/pesquisa/extensão/produção sobre a educação rural/do campo, mas também é superada por desafios novos com que os movimentos sociais populares nos surpreendem e com muita rapidez. Considerando os autores com os quais vimos fundamentando os nossos trabalhos e suas recomendações sobre a historicidade do humano e as contradições que sustentam as relações sociais capitalistas, pensamos no cuidado com o discurso e com a esperança focados exclusivamente na escola, pois não cabe a esta transformar a sociedade.

### **Bibliografia Consultada: Produção do Grupo de Pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação**

#### **Temática: Educação rural/do campo**

#### **Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC – ITERRA/UERGS - (Orientação: Marlene Ribeiro e Carmen Lucia Bezerra Machado)**

ANDRADE, Enedina Ferreira de. Análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Hermínio Pagotto. 2006.

FERNANDES, Ailton Gonçalves. Contribuições da Pedagogia da Alternância para a Pedagogia do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. 2006.

FISCHER, Chirley Werkhausen Ensino Médio Alternativo de Novo Xingu/RS: da história da experiência a sua prática. 2006.

LIMA, Glaci Antonia Mendes de Escola Municipal de Ensino Fundamental Dezesesseis de Outubro: Para onde caminha esta escola? 2006.

PINTO, Adriana A contribuição dos cursos de formação de militantes de base para a organização dos atingidos pela Barragem de Itá. 2006.

SANTIN, Lurdes Marta. As contradições na organização do processo educativo da Escola Nova Sociedade. 2006.

SOUZA, Eloir José de. Limites e possibilidades para a construção do Projeto Político Pedagógico da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Hermínio Pagotto. 2006.

TROMBETTA, Marquiela. Processo formativo do Programa de Produção, Recuperação e Melhoramento de Sementes Crioulas de hortaliças do Movimento de Mulheres Camponesas do estado de Santa Catarina. 2006.

#### **Trabalhos de Iniciação Científica – Bolsa PIBIC/CNPq (Orientação: Marlene Ribeiro)**

ALVARENGA, Daisy Perdomo. A formação do técnico agrícola na Escola Técnica de Viamão/RS. 2004.

BARDEN, Patrícia. Banco de dados sobre escola básica no campo. 2000.

MOCELLIN, Silvane Gema Municipalização do ensino e educação rural. 2005.

PEDRAZZA, Camila Lombard A Casa Familiar Rural de Frederico Westphalen: um olhar sobre a formação de monitores. 2007.

#### **Dissertações de Mestrado (Orientação: Marlene Ribeiro)**

BONAMIGO, Carlos Antonio. O trabalho cooperativo como princípio educativo: trajetória de uma cooperativa de produção agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2001.

FANCK, Clenir. Entre a enxada e o lápis: a prática educativa da Casa Familiar Rural de Francisco Beltrão. 2007.

GRITTI, Silvana Maria. O papel da escola primária rural na penetração do capitalismo no campo. 2000.

HACK, Leni. As concepções de corpo na Escola do MST do Assentamento Roseli Nunes em Mirassol D'Oeste - Um estudo de caso. 2005.

JESUS, Cláudio Portilho de. Agricultura Familiar Associativa: utopia cabocla às margens do rio Amazonas. 1998.

MORIGI, Valter. Escola do MST - Utopia em Construção. A questão da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima no Assentamento de Trabalhadores Rurais Filhos de Sepé, no Município de Viamão/RS, como espaço de disputa político-pedagógica. 2002.

NUÑEZ, Carla Patrícia Pintado O educativo das relações de gênero no Assentamento Águas Claras: algumas considerações sobre tempo, trabalho e lazer. 2003.

PERIPOLLI, Odimar João. Amaciando a Terra - O Projeto Casulo: um estudo sobre a política educacional dos projetos de colonização do Norte de Mato Grosso. 2002.

WEYH, Medianeira da Graça Gelati. Práxis educativa para a formação do agricultor familiar: um estudo da prática da minhocultura em escolas rurais do município de Santo Ângelo/RS, 2008.

#### **Teses e Projetos de Doutorado (Orientação: Marlene Ribeiro).**

ANTONIO, Clésio Acilino. Por uma educação do campo: pelo que se luta, pelo que se conquista na política educacional brasileira (em andamento).

BONAMIGO, Carlos Antonio Pedagogias que brotam da terra: um estudo sobre práticas educativas do campo. 2007.

CAMINI, Isabela Escola Itinerante nos acampamentos do MST: um contraponto ao projeto de escola capitalista? (em andamento).

CASTELL, Cleusa Helena Guaita Peralta. Metaforizando a vida na terra: um recorte sobre o caráter pedagógico do Teatro Fórum e sua mediação nos processos de transição agroecológica e cooperação em Rio Grande/RS. 2007.

COMERLATTO, Giovani. A dimensão educativa da mística na construção do MST como sujeito coletivo. (em andamento).

GRITTI, Silvana Maria Técnico em agropecuária: servir à agricultura familiar ou ser desempregado da agricultura capitalista. 2007.

JESUS, Edilza Laray de. Banheiros e correntezas: contradições na relação entre a escola e a comunidade Sagrado Coração de Jesus, Itacoatiara/AM. (em andamento).

MARTINS, Fernando José. Ocupação da escola: uma categoria em construção. (em andamento).

MONTEIRO, Maria Lucia da Silva. O Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça - CAVG e a formação para o trabalho no campo. 2007.

NUNES, Georgina Helena de Lima. Práticas do fazer, práticas do saber: vivências e aprendizados com a infância do Corredor. 2004. 188 f.

PERIPOLLI, João Peripolli. A esperança se renova na fronteira: o caso do Assentamento Gleba Mercedes, SINOP/MT. (em andamento).

WOLFF, Eliete Ávila. Fundamentos psicossociais da formação de educadores do campo. 2007.

### **Outros Orientadores:**

#### **Mestrado**

BUAES, Caroline Stumpf. Aprender a ser viúva: experiências da mulher idosa no meio rural. 2005 (Prof. Dr. Johannes Doll).

COSTA, Marilda de Oliveira. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária: o caso do curso de Pedagogia da Terra da UNEMAT, Cáceres-MT. 2005 (Prof. Dr<sup>a</sup>. Vera Maria Vidal Peroni).

SILVA, Katiane Machado da. Gerações no movimento do Movimento: um estudo do envelhecimento no MST. 2008 (Prof. Dr. Johannes Doll).

#### **Doutorado:**

CASAGRANDE, Nair. A PEDAGOGIA SOCIALISTA NO SÉCULO XXI: as contribuições da Pedagogia da Terra, 2007 (Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lucia Bezerra Machado).

**Projeto ANPED/SECAD/MEC – Área: Educação do Campo** (Coordenação Geral: Dr<sup>a</sup> Regina Vinhaes Gracindo).

Orientadora da área **Educação do Campo**: Marlene Ribeiro

ARAÚJO, Nilza Cristina Gomes de Prof<sup>a</sup> UFMT – PPGE/UNESP/Araraquara/SP - Doutorado. Educação do campo, trabalho docente e alfabetização em classes multisseriadas em Várzea Grande – MT.

ARANHA, Antonia Vitória Soares. Prof<sup>a</sup> Adjunta FAE/UFMG. Diálogos entre escolas, formação docente, práticas sócio-culturais: possibilidades e limites da educação do campo.

CORRÊA, Cirlei Marieta de Senna – Prof<sup>a</sup> UNIVALI; PPGE/UFSC - Doutorado. A prática educativa da Casa Familiar rural de Luiz Carlos Perin.

COSTA, Vânia Aparecida PPGE/UFMG - Doutorado. Letramento em escolas do campo.

PEREIRA, Ana Cláudia da Silva – PPGE/UFPA - Mestrado. A realidade da educação do campo em município paraense.